

Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 148

TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	11417
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11450
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11450
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11474
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	11475

Supremo Tribunal Federal

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

(ADI /0000691-6) TO (Pet. PG-STF 012839)

RELATOR: MIN. SEPULVEDA PERTENCE
REQTE. PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO-PDC
ADV. CLAUDIO CARLOS DA CRUZ PLACIDO
REQDO. GOVERNADOR DO ESTADO DE TOCANTINS
ADV. GASTAO DE BEM E OUTRO

Despacho: - J., defiro a vista, depois de publicado o acórdão sobre a medida cautelar. Prazo: 10 dias.
Brasília, 05 de junho de 1992.

Ministro SEPULVEDA PERTENCE
Relator

(ADI /0000716-5) RN

RELATOR: MIN. MARCO AURELIO
REQTE. PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REQDO. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
REQDO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Despacho:

1) Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para os fins consignados no item 4 à folha 35.
2) Publique-se.
Brasília, 30 de junho de 1992.

Ministro MARCO AURELIO
Relator

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 745-9 PERNAMBUCO

Reqte.: Federação Nacional dos Servidores do Judiciário - FENAJUD (Adv.: José Foerster Junior). Reqdo.: Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco).

Despacho: -Vistos. A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO - FENAJUD, com fundamento no art. 102, I, "a", e no art. 103, IX, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal, ajuíza ação direta de inconstitucionalidade da Portaria nº 191, de 12.11.91, do

Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, que instituiu Comissão de Inquérito Administrativo, com o objetivo de "indiciar... por "abandono de cargo" o Presidente do Sindicato dos servidores de Justiça do Estado de Pernambuco - SSJEPE, Bel. Antônio Lopes de Almeida Amazonas", bem como do ato administrativo consubstanciado no ofício s/n-ESC, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, datado de 24.04.92.

Alega a autora que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco se recusa a conceder licença para dirigente sindical exercer mandato classista, por entender "que a Lei Complementar nº 03, de 22.08.90 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado de PE), na forma do que dispõe o art. 97 da Constituição Estadual, necessita de uma lei ordinária que a torne executável".

Isto posto, decido.

A autora, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO, é uma sociedade civil, representativa dos servidores do Poder Judiciário nos Estados, nos antigos Territórios e no Distrito Federal. Não se trata, pois, de uma Confederação Sindical, que, nos termos do art. 103, IX, da Constituição Federal, tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que as Federações não têm legitimidade para provocar o controle abstrato de constitucionalidade das leis. Em caso semelhante, ADIn 398-4, Relator Ministro Sydney Sanches ("DJ" 28.06.91), decidiu o Plenário desta Corte:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Federação Nacional. Ilegitimidade ativa. Art. 103, inciso IX da Constituição Federal.

Sendo a autora uma associação sindical (Federação Nacional que reúne sindicatos de cinco Estados) — e não uma Confederação Sindical, como exige o inciso IX do art. 103 da Constituição Federal — não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

Ação não conhecida."

Ainda que a autora fosse parte legítima, não haveria como conhecer do seu pedido, pois os atos impugnados não são atos normativos, mas atos administrativos que tratam especificamente da situação de um servidor público, e, por isso, insuscetíveis de controle concentrado de constitucionalidade, por via de ação direta. Assim tem reiteradamente decidido este Tribunal (ADIn 647-9, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 27.03.92; ADIn 528-6, Rel. Min. Célio Borja, decisão de 10.06.91).

Pelos motivos expostos, nego seguimento ao pedido.

Publique-se.

Brasília, 23 de junho de 1992.

Ministro CARLOS VELLOSO
Relator

(ADI /0000755-6) SP

RELATOR: MINISTRO PRESIDENTE
REQTE. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV. MICHEL TEMER
REQDO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho: - Junte o Requerente, o texto da Constituição do Estado de São Paulo, cujo § 6º, do art. 126, é atacado na presente ação direta.

Publique-se.

Brasília, 22 de julho de 1992.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 119-6 SÃO PAULO

Impete.: Banco Central do Brasil
(Advs.: Manoel Lucívio de Lóiola e outros)
Impdo.: Juiz Federal da 14ª Vara da Seção
Judiciária do Estado de São Paulo
Lit.Pass.: Maria da Conceição de Souza Pimentel

DESPACHO: Vistos, etc.

O Banco Central do Brasil impetrou mandado de segurança contra ato da MM. Juíza Federal da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de São Paulo que deferiu liminar para assegurar, à funcionária Maria da Conceição de Souza Pimentel, a percepção, nos meses de abril e maio de 1988, das diferenças de vencimentos correspondentes aos índices da Unidade de Referência de Preços - URP (Decreto-lei 2335/87).

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o relator sorteado deu-se por suspeito, por ter ajuizado ação objetivando a percepção dos mesmos reajustes. Acompanharam-no -- também jurando suspeição -- outros onze juizes da mesma Corte (fls. 83).

Em face disso, o processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, à vista do disposto no art. 102, I, n, da Constituição.

A orientação jurisprudencial que se formou no Supremo Tribunal Federal, em hipótese virtualmente idêntica à destes autos, está delineada na Questão de Ordem na AOR 11-3, relator o Ministro Octavio Gallotti, e na AOR 8-4, relator o Ministro Carlos Velloso, estando expresso, respectivamente, nas ementas dos acórdãos:

"Reclamação trabalhista movida por servidores da União, que se insurgem contra a supressão da incidência, em determinados meses, do reajuste de salários medido pela chamada Unidade de Referência de Preços (URP).

O simples reflexo da pretensão, sobre a situação de magistrados federais (nenhum dos quais é parte da ação), não basta para acarretar a competência originária do Supremo Tribunal, de acordo com o art. 102, I, "n", da Constituição".

"Constitucional. Competência originária do Supremo Tribunal Federal. Ação promovida por magistrados pleiteando o pagamento de diferenças de vencimentos correspondentes aos índices da URP. Constituição, art. 102, I, "n".

I. Se não é objeto da causa uma vantagem ou um direito peculiar, próprio, da magistratura, mas vantagem ou direito de todos os servidores públicos, não compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originariamente, a causa.

II. Inteligência da norma de competência inscrita no artigo 102, I, "n", da Constituição Federal.

III. Devolução dos autos da ação ao Juízo de origem."



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial
DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais
Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 121.000,00	Cr\$ 31.000,00	Cr\$ 110.000,00	Cr\$ 122.400,00	Cr\$ 194.000,00
Portes					
Superfície	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 30.030,00	Cr\$ 53.460,00	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 110.550,00
Aéreo	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 77.220,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 283.140,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SPAVEN/DIUM
Telefone: (061) 226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Isto posto, tendo em vista, fundamentalmente, a decisão plenária da Corte, determino o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 1992.

Ministro ILMAR GALVÃO
Relator

INQUÉRITO Nº 483-9 SÃO PAULO

Indiciados: José Salvador Julianelli, Antônio Fabiano Monteiro de Souza e Milton Mello Milreu (Advs.: Nelcy Nazzari e outras); Luiz Baccala (Adv.: Paulo Azeredo de Carvalho); Oscar Pirajá Martins Filho (Adv.: Antônio de Almeida Filho); Adilson Pirajá Martins Filho (Adv.: Roberto Delmanto).

DESPACHO: - Em face do atestado de óbito do ex-Deputado José Salvador Julianelli (fls. 2879), decreto a extinção da punibilidade dele, cessando, em consequência, a competência desta Corte para o processamento deste inquérito, razão por que determino a restituição dos autos à Vara de origem (a 3ª Vara Criminal, em São Paulo, da Justiça Federal).
Brasília, 26 de junho de 1992.

Ministro MOREIRA ALVES
Relator

(EXT /0000548-1)

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO
REQTE. GOVERNO DA SUÍÇA
EXTDO. LUIS SERAFIN TORRES MORENO
ADV. PAULO CELSO ANTONIO SAYEG

Despacho: - Não só se acha cumprida (e em tempo hábil) a diligência de cuja demora se queixa o Extraditando, como já emitiu parecer de mérito a douta Procuradoria Geral da República.

Indefiro, portanto, o pedido de alvará de soltura, formulado às fls. 194/5.

Publique-se.
Brasília, 20 de julho de 1992.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

MI 398-0 - RS

Impete.: Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul
(Adv.: Nelson Soares de Oliveira). Impdo.: Congresso Nacional.

Despacho: - 1. Não logra a Impetrante identificar a norma cuja falta de regulamentação, pelo Congresso Nacional, estivesse a obstar o exercício do direito alegado (eleição de certo número de vereadores).

2. Assim sucede, porque a destinatária do preceito inscrito no art. 29, IV, da Constituição Federal é a Câmara Municipal; não o é o Legislativo da União.

3. Se o propósito da inicial é atacar ato do Juiz Eleitoral, que fixou o número de vereadores em quantidade de menor que a pretendida, não é, manifestamente, o mandado de injunção, o instrumento processual adequado a tal finalidade.

4. Com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno e no art. 38 da Lei nº 8.038, de 28-5-90, nego seguimento ao pedido.

Publique-se.
Brasília, 1º de julho de 1992.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
Relator

(PET /0000607-1) CE

RELATOR: MIN. NERI DA SILVEIRA
REQTE. ANDRE DE SOUZA COSTA
REQDO. UNIÃO FEDERAL

Despacho: - Vistos.

1. O direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV, a) assegurado a qualquer cidadão não implica, por si só, a garantia de estar em Juízo, litigando em nome próprio, ou como representante de terceiro, se, para isso, não estiver devidamente habilitado, na forma da Lei. Res-salvam-se, apenas, as hipóteses em que seria tal possível, como sucede, ad exemplum, em se cuidando do habeas corpus. Ao prever o art. 133 da Constituição que o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, torna-se, desde logo, evidente que a habilitação profissional para postular em Juízo é o princípio a seguir, constituindo exceções, apenas, os casos em que o cidadão, embora não advogado, possa requerer, perante Juízes e Tribunais.

2. Por impossibilidade jurídica do que requer, de forma ampla, o suplicante, às fls. 6, nego seguimento ao feito, nesta Corte.
Brasília, 30 de junho de 1992.

Ministro NERI DA SILVEIRA
Relator

Petição PC-STF nº 11.852 (ref.: RE nº 118.339-0)
Reqte.: Crefileasing S.A. Arrendamento Mercantil

DESPACHO: - Ao E. Superior Tribunal de Justiça.
Int.

Brasília, 06 de julho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 31 DE JULHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo TC-002227-92-4, de 07 FEV 92, resolve

Nº 9.920-ALTERAR o Ato nº 9.595, de 31 OUT 91, publicado no Diário da Justiça de 04 NOV 91, que concedeu aposentadoria ao Juiz-Auditor Dr. WALTAMIR DE ALMEIDA LIMA, para excluir da fundamentação legal a menção ao artigo 184, inciso I, da Lei nº 1.711/52.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, resolve

Nº 9.921-EXONERAR, a pedido, a partir de 29 JUL 92, o Agente de Segurança Judiciária, classe "A", referênciada NI.24, CLAUDIO FERNANDES CARVALHO, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, nos termos do Art. 34 da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

SEGURANÇA PRIVADA

Legislação atualizada das normas para constituição e funcionamento das empresas que exploram SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA e de TRANSPORTE DE VALORES

Preço: Cr\$ 8.300,00

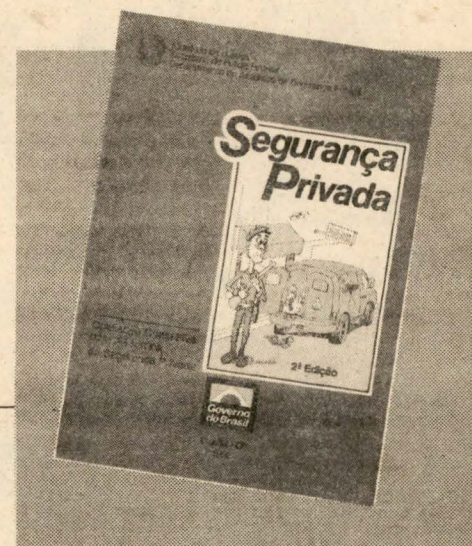
sujeito a majoração, sem aviso prévio,
incluindo despesas com remessa.

Aquisições: IMPRENSA NACIONAL

SIG - Quadra 06 - Lote 800

CEP 70604-900 - Brasília-DF

Telefone: (061) 226-6812



REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

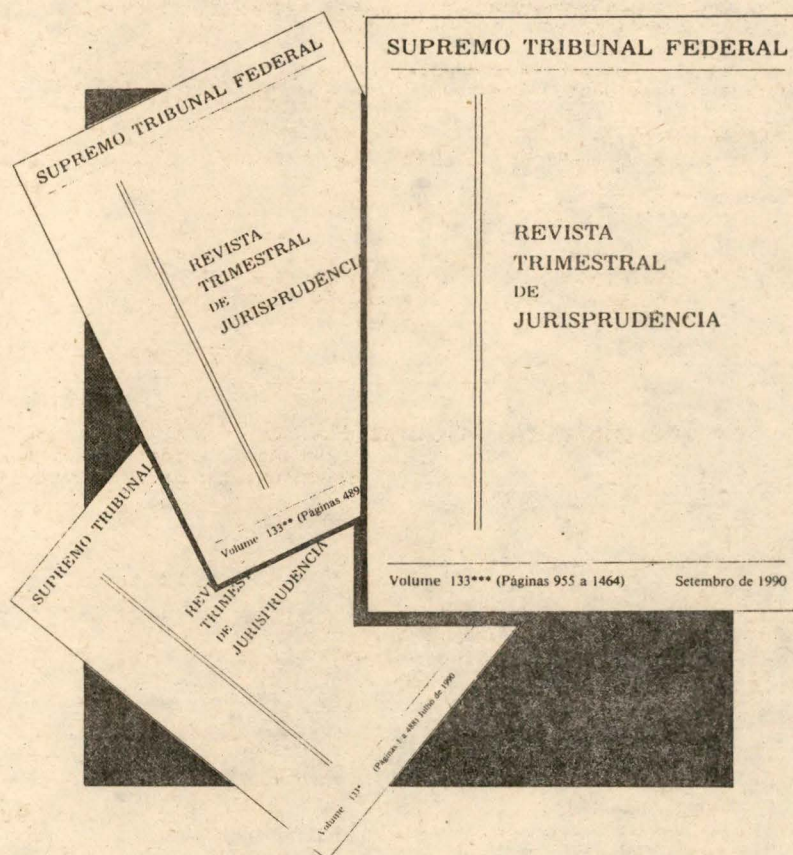
Publicação mensal das decisões jurídicas do STF

Preço: Cr\$ 193.800,00 sujeito a majoração, sem aviso prévio. Incluindo despesas com remessa.

**Seja prático!
Faça já sua assinatura**

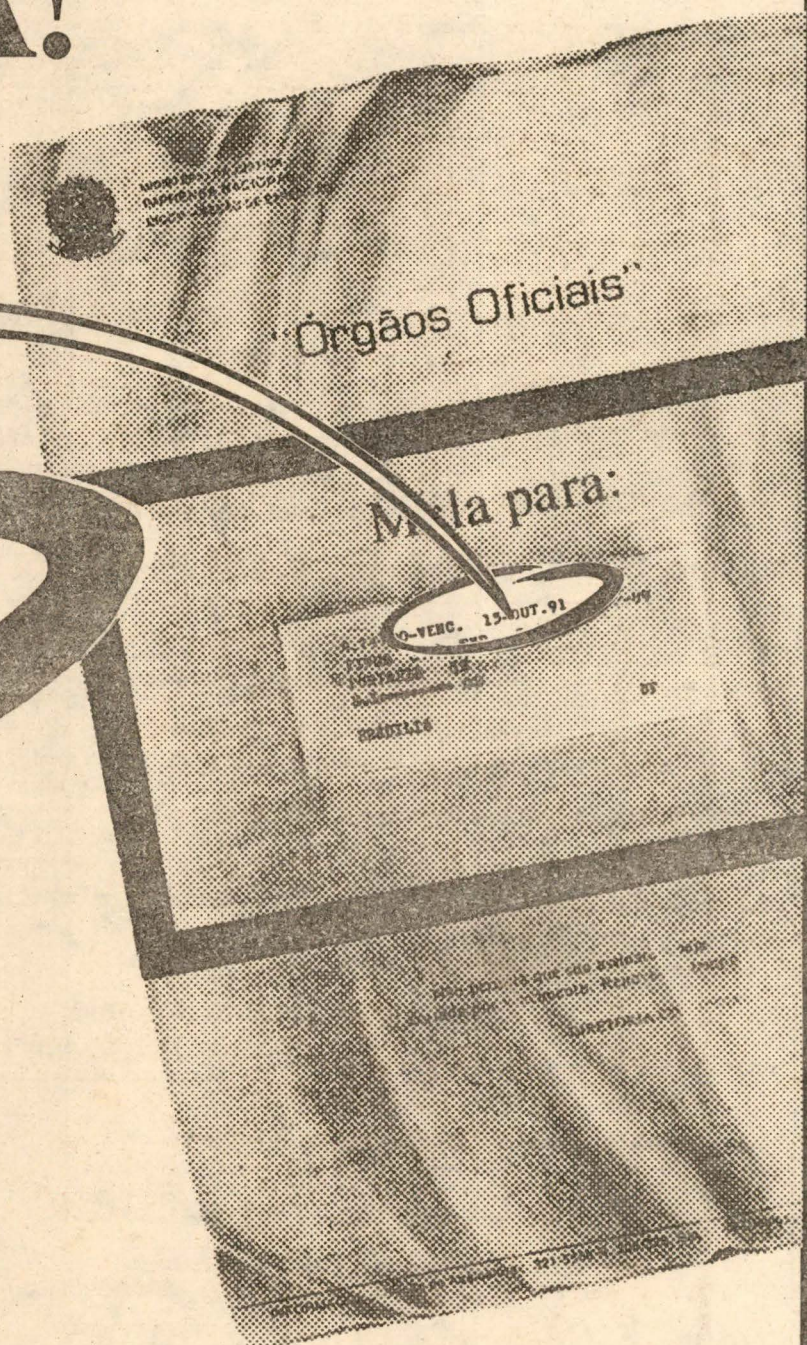
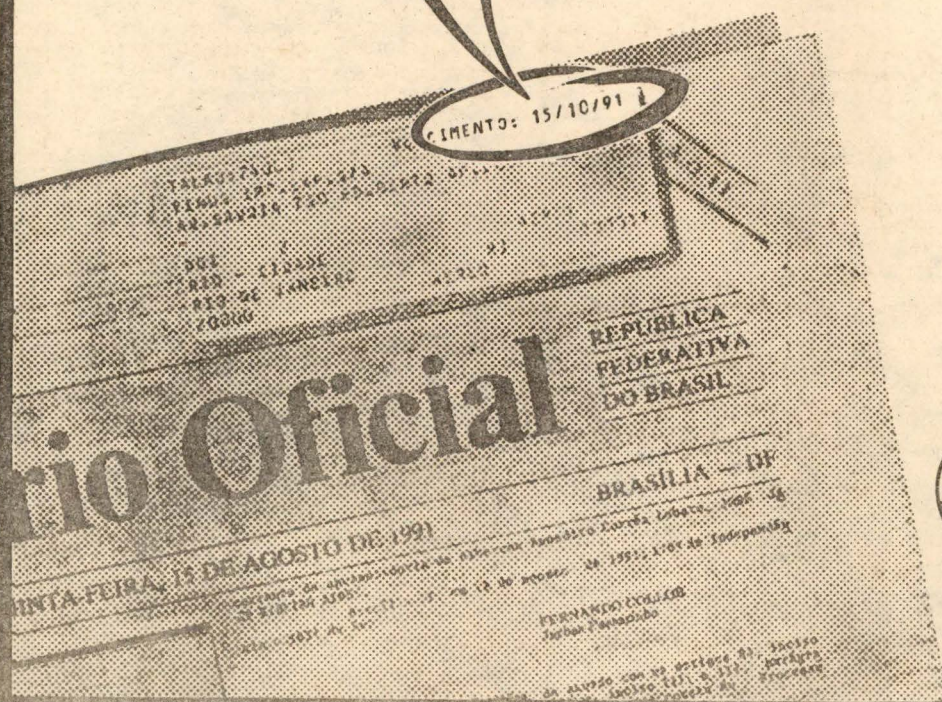
Válida por 6 volumes

Aquisições: Imprensa Nacional, mediante envio de cheque nominal
Seção de Assinaturas e Vendas
SIG - Quadra 06 - Lote 800
Brasília-DF - CEP: 70604-900
Fone: (061) 226-6812



Mantenha-se informado. RENOVE SUA ASSINATURA!

Ao receber o seu jornal,
verifique a data de vencimento
da assinatura.



ATENÇÃO!
A renovação deve ser feita
com antecedência de 15 dias